



Esquema que Dino investiga é um sequestro do voto

No Rio Grande do Sul, a injustiça orçamentária em carne e osso

Veterano na política do Rio Grande do Sul, Beto Albuquerque foi deputado federal pela última vez até 2015. Dez anos depois, tenta voltar à disputa eleitoral, sempre pelo PSB, novamente candidato a deputado federal. Nessa tentativa, ele se torna um personagem em carne e osso da injustiça política do atual esquema de emendas orçamentárias, com orçamento secreto, emendas Pix e de liderança. Em conversa com o Correio Político, Beto Albuquerque narrou como a disputa é inglória. “Quem não tem mandato tem uma imensa desvantagem com relação a quem tem”, comenta Beto. “O sistema de distribuição orçamentária deixa todos os prefeitos nas mãos de quem já é deputado federal. Trata-se de um sistema de compra de votos”, denuncia. E conclui que isso precisa mudar de maneira urgente. “A quem interessa distribuição de recursos orçamentários dessa maneira?”

Esquema azeita caixa dois

Beto Albuquerque responde. “Ao cidadão é que não é”, diz ele. A experiência que o candidato do PSB relata no Rio Grande do Sul é exatamente o que vem alertando o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino. Se não estiverem parando no bolso dos responsáveis, as emendas orçamentárias hoje azeitam um esquema de caixa dois nas campanhas eleitorais. Sem rastreio, esse dinheiro vai parar nos municípios e serve para os parlamentares acertarem com prefeitos os cabos eleitorais em suas bases.



Beto Albuquerque: concorrência ficou totalmente desigual

O sequestro do voto

As dificuldades que Beto Albuquerque relata vir sofrendo na tentativa de obter os votos necessários para voltar a ser deputado federal se encaixam na avaliação do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE), que é “amicus curiae” nas ações sobre orçamento. O termo, traduzido do latim para “amigo da Corte”, designa instituições que fazem parte das ações de forma indireta. Para o MCCE, essas ferramentas que vêm tornando o orçamento menos transparentes acabam por sequestrar o voto do brasileiro.

Eleição deixou de ser loteria

Segundo o ex-juiz eleitoral Márlon Reis, integrante do MCCE, os partidos conseguem hoje, com uma margem de erro mínima, saber exatamente quem elegerão quando elaboram as suas listas de candidatos. A forma como distribuem os recursos e como montam as listas permite saber exatamente quem será eleito, quem vai puxar votos e quem vai fazer figuração. No caso dos recursos, os legais e os ilegais.

TCU

Uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e divulgada no final do mês de julho ajuda a entender um pouco mais o tamanho da encrenca. O TCU analisou 100 repasses de emendas Pix para 73 municípios e dois estados brasileiros. E constatou a existência de irregularidades em nada menos que 82% dessas transferências.

Caixa preta

Quanto aos supostos beneficiários, as irregularidades alcançam 82,4% dos beneficiários. Estamos falando de R\$ 198 milhões no total e pelos R\$ 49 milhões de prejuízo aos cofres públicos. A auditoria do TCU investigou emendas feitas aos orçamentos de 2020 a 2024. E o problema maior é exatamente a caixa preta.

Desvios vários

A caixa preta significa não se saber exatamente quem destinou, para quem, para onde e com qual finalidade. Os auditores identificaram diversos outros problemas mesmo onde foi possível identificar. Movimentação de recursos em contas correntes não específicas. Falta de relatórios de gestão. Pagamentos sem a comprovação adequada.

Desvio

Os problemas seguem. Fraudes em licitações. Obras não concluídas ou parcialmente executadas. Diversas dessas coisas infelizmente fazem parte da rotina de rolos desde o escândalo dos Anões do Orçamento. Ou mesmo antes. O que espanta é que isso cada vez mais venha se tornando regra. Deixa de ser esquema para ser a própria regra.

Sem renovação

O resultado prático disso é que a renovação da Câmara dos Deputados torna-se baixíssima. Nas eleições de 2022, mais de 60% dos deputados que disputaram o mandato novamente se reelegeram. O MCCE estima que essa taxa de manutenção dos mandatos chegue em outubro a 80%. Seria menos ruim se a população estivesse satisfeita.

Insatisfação

Datafolha em março apontou que 39% consideram o Congresso ruim ou péssimo. Somente 21% o acham ótimo ou bom. Mas os senhores parlamentares lá seguirão. Beto Albuquerque luta para ser um caso de renovação. Com outro dado triste: se ele vier a conseguir ou não, serão poucos os eleitores que mais adiante se lembrarão.



Lulinha é investigado por suspeita de tráfico de influência

PF amplia cerco a Lulinha com terceiro pedido de investigação

Pedido da Polícia Federal se soma a dois outros inquéritos já abertos

Por **Beatriz Matos**

Em menos de uma semana, Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, passou a ser alvo de três pedidos de investigação distintos no Supremo Tribunal Federal (STF). Depois de o ministro André Mendonça autorizar a abertura de dois inquéritos na semana passada, a Polícia Federal (PF) encaminhou um novo pedido à Corte, ampliando as suspeitas envolvendo o filho do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Assim, em poucos dias, três apurações diferentes passaram a mirar a atuação do empresário, todas sob a suspeita de tráfico de influência.

Embora tratem de episódios distintos, os procedimentos seguem uma mesma linha. A PF tenta esclarecer se Lulinha atuava como uma espécie de ponte entre empresários e integrantes do governo federal. A suspeita é que ele usasse a proximidade com o Palácio do Planalto para facilitar contatos e negociações em diferentes órgãos da administração pública.

Foi essa hipótese que deu origem aos dois primeiros inquéritos autorizados por André Mendonça. Um deles apura a suposta atuação de Lulinha em favor de Antô-

nio Carlos Camilo Antunes, conhecido como Careca do INSS, em negociações envolvendo o Ministério da Saúde e o mercado de cannabis medicinal. O outro mira a suspeita de favorecimento a empresários interessados em contratos com a Dataprev. Agora, a PF quer aprofundar uma terceira frente, também relacionada à atuação do filho do presidente em favor de empresas privadas.

Uma dessas empresas é a 3Structure IT Ltda. Documentos analisados pelo Correio da Manhã mostram que a companhia acumulou contratos com diferentes órgãos federais entre 2022 e 2026. O levantamento identificou acordos com o Exército, o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social (MDS), a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), que, juntos, somam aproximadamente R\$ 75 milhões.

O avanço das investigações provocou reação da defesa. O advogado Marco Aurélio Carvalho esteve com o ministro da Justiça, Wellington César Lima e Silva, para apresentar um protesto formal contra a atuação da Polícia Federal, pela abertura sucessiva de inquéritos.